



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº324/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ ANTUNES VIEIRA, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO. (04-06-2024).

Ao quarto dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, terça-feira, às oito horas e quarenta e oito minutos, foi realizada a reunião presencial/por videoconferência atendendo ao requerimento nº324/2023 de autoria do Vereador José Antunes Vieira, para tratar sobre as pendências relacionadas a Zona Rural. **Participaram da reunião:** Os Vereadores José Antunes Vieira e Marcelo Monteiro Macedo. **Registraram Presença:** Bruno Caixeta Pimenta, Diálogo Social da Fundação Renova; Antonella Tonidandel Schettini, Uso Sustentável da Terra da Fundação Renova; Lígia Maria Alves Pereira, Relações Institucionais da Fundação Renova; Tiago Bueno Flores, Fundação Renova; Marcelo Leite, Gerente Reassentamento Familiar Fundação Renova; Ana Paula de Oliveira, Inpress Fundação Renova; Stephanie Alves, Secretária de Desenvolvimento Rural; Marcela Cota de Souza, Secretária de Desenvolvimento Rural; Ana Carolina Fonseca Porto, Luanna Ferreira, Jean Carlos Martins Silva, Luisa Vitral de Siqueira, Sabrina M. Lima, Quel Haru Augusto Satto Vilela, Cáritas MG; Mirella Regina de Sant'Ana, Marino D'Angelo, Bruna Carneiro L. Silva, Maria José M. Carneiro, Maria do Carmo S. D'Angelo, Luzia Nazaré M. Queiroz Comissão dos Atingidos da Barragem de Fundão; Maria Francisca Simão, Sedec; Marlene Agostinha Martins, Comissão de Pedras; Mônica dos Santos, Comissão de Bento Rodrigues; Angela Aparecida Sant'Ana, Comissão de Ponte do Gama; **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, o Vereador Marcelo Macedo iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, seguidamente solicitou a leitura e aprovação da Ata da última reunião, que foi aprovada sem ressalvas. Posteriormente, frisou que a pauta a ser tratada seria somente às questões relacionadas à Zona Rural, dado que estas reuniões serão semanais e cada uma será destinada a temas diferentes. A Sra. Mirella Regina iniciou sua fala ressaltando aspectos tratados na reunião anterior, desta forma, destaca-se que as Zonas Rurais abordadas serão Pedras, Campinas, Borba, Paracatu de Cima, Bicas, Ponte do Gama, Camargos e alguns residentes de Paracatu de Baixo de origem, visto que estas comunidades não possuem o reassentamento coletivo. Sendo assim, enquanto for tratada essa questão estritamente ligada ao reassentamento coletivo, a zona rural continuará sendo excluída deste processo, logo, pediu para que tal fato não ocorra durante estas tratativas, para que assim, “esta população saia desta situação de invisibilidade”, de forma a ser criadas alternativas para resolução dos problemas que afetam a esta população. Com a palavra, o Sr. Marino D'Angelo relatou que o primeiro ponto a ser tratado é relacionado à “incapacidade de produção das famílias em cima da lama”, e questionou se a Fundação Renova já realizou algum estudo que demonstre isso. A segunda questão está relacionada ao “abandono dos animais que os produtores sofreram após o rompimento”, relatou que a Fundação



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Renova “sem critério nenhum, no início da seca elegeu algumas famílias para se cortar a alimentação, sendo que, esta família não estava preparada para este acontecimento, caracterizando isso, para mim, até maus tratos contra os animais”. A terceira questão está relacionada à falta de mão de obra, dado que, a seu exemplo, possuía cinco famílias que plantavam em conjunto e não o faziam mais, desta forma, são estes os pontos fundamentais para dar início a estas tratativas. Complementando, a Sra. Luanna Ferreira disse que existem diferentes problemas relacionados a retomada econômica e produtiva, no entanto, considerando o contexto da zona rural, foi optado por focar na questão produtiva, de forma a averiguar como estão essas famílias, se esse processo tem sido efetivo para as famílias que não tiveram acesso e como é a realidade vivida por elas. Em resposta, a Sra. Antonella Tonidandel informou que foram plantadas culturas agrícolas e pastos no rejeito de minério e não hortas ou pomares, justamente para não afetar a saúde humana. Relatou que esse plantio se iniciou em dois mil e dezenove, e que dessa forma, em Mariana foram plantados seiscentos e nove hectares de reestruturação produtiva, sendo elas, pasto, milho, cana e capineira. Disse que o corte da silagem foi realizado em dois mil e vinte um, com aviso prévio de oito meses e que essas pessoas receberam em formato de voucher, para que o mesmo comprasse sua própria silagem após o corte. Seguidamente, foi averiguado que algumas pessoas pediram o retorno, que foi feito quando cabível, desse modo, o corte da silagem foi efetuado somente ao final da reestruturação produtiva. Frisou que a aderência é opcional com critérios pré-estabelecidos de adesão e para aqueles que aderiram, “hoje eles estão colhendo frutos, como o Renova Rebanho, onde foi feita a melhoria do gado, melhoria na qualidade do leite, Kit Silagem e ensinou a produzir a silagem e hoje, através dos estudos feitos pela Labor Rural, houve um salto na produção do leite, de cinco vírgula seis litros animal/dia para onze vírgula cinco litros animal/dia”. Com a palavra, o Sr. Marino D’Angelo solicitou provas sobre a efetividade destes programas nas localidades citadas no início da reunião, além de apontar a queda de sua produção de leite de mil litros/dia para duzentos litro/dia, de forma a fazê-lo iniciar o processo de encerramento de as atividades neste setor, desta forma, “de acordo com o que foi apresentado eu acho que a Fundação Renova não possui isonomia com as tratativas com as famílias, de forma a que eu conheço famílias beneficiadas por estes programas e famílias que não foram”, além de alegar a péssima qualidade da silagem que foi dada pela Renova, refutou os dados da produção de leite que foram apresentados. Com a palavra, a Sra. Antonella Tonidandel reafirma que todos os dados apresentados foram feitos por uma empresa contratada para medir a qualidade do leite na região de Mariana, Barra Longa e Rio Doce, logo, todos estes dados foram encaminhados no relatório da Labor Rural. Com a palavra, o Sr. Marino D’Angelo solicitou que fosse citado quais foram os produtores entrevistados para essa elaboração. Em resposta, a Sra. Antonella Tonidandel disse que todas as quarenta famílias fazem parte do programa. Em réplica, o Sr. Marino D’Angelo afirmou não conhecer nenhuma pessoa da sua região que faz parte deste programa, além de não possuir conhecimento de sua existência. Complementando, a Sra. Luanna Ferreira relata que o que deve ser verificado é como “vão ficar as famílias



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

que não aderiram ao PASEA (Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental), desta forma, tem-se que estes programas são opcionais, mas as medidas de recuperação não são, estas pessoas têm direitos a alguma forma de reparação, desta forma, eu gostaria de saber o que vai ser feito para essas famílias”. Com a palavra, a Sra. Antonella Tonidandel disse que para que uma pessoa possa adentrar a um programa é necessário cumprir quatro critérios: adesão ao CAR (Cadastro Ambiental Rural), ter pluma de rejeito extravasado na propriedade, adequação ambiental e melhoria de quatro módulos fiscais da propriedade, sendo assim, as pessoas que não atendiam a esses critérios, não foram atendidas e destacou que desconhece algum produtor que optou que fosse reconstruída a estrutura atingida, que não estivesse no programa. Com a palavra, o Vereador José Antunes reconhece que a Renova vem realizando diversos auxílios para os produtores, dado que, “você vem prometendo muitas coisas e pouco foi feito, diversas promessas não foram cumpridas até o momento, um projeto muito bonito, muito bom, mas mal executado”, e deu o exemplo da obra que ocorreu na sua fazenda. Com a palavra, o Sr. Marino D’Ângelo citou que antes do rompimento da barragem, em sua região, o uso da área de APP (Área de Preservação Permanente) já era consolidada, há mais de duzentos anos, desta forma, o cidadão que aderisse ao PASEA teria essa área redistribuída de forma a denegrir ainda mais a situação do produtor, além de não ter o direito de indenização de seus terrenos, “e a Fundação pegar a terra do atingido para abater parte de sua dívida assumida de reconstrução de quarenta e dois mil hectares”. Com a palavra, o Sr. Tiago Flores disse “que hoje não pode ser feito nada para as pessoas que não aderiram ao PASEA, não se pode obrigar alguém a aderir o programa, além de que, esse programa não é uma definição da Fundação Renova, há uma governança na qual nós temos que superar, e se houver um novo caminho, para aqueles que eventualmente não aderiram, isso precisa ser colocado, para que possamos levar para as instâncias definidoras”, informou que todos os dados apresentados são verídicos, com base em estudos contratados com instituições acreditadas, que trouxe os levantamentos dos trabalhos nos distritos. Com a palavra, o Sr. Marino D’Ângelo disse que “a imposição de aderir a um programa não deve limitar-se a pessoa atingida ou não, porque quando a lama invadiu a propriedade não houve distinção”, com relação às questões sobre a produção de leite, mencionou que foi presidente da Associação de Produtores de Leite por quinze anos e não conheceu ninguém que foi entrevistado pela empresa citada pela Renova. Com a palavra, a Sra. Luanna Ferreira perguntou se foi feito algum diagnóstico que comprove que estas famílias não precisavam mais deste auxílio, e como foi realizado este processo de retomada. Complementando, o Vereador Marcelo Macedo reafirma que o intuito desta reunião é apresentar soluções às questões apresentadas, sabe-se que a Fundação Renova e o Poder Público vão cumprir com seus compromissos e obrigações e solicitou que fossem respondidas as demandas de maneira imediata, sendo elas, negativas ou positivas, por fim, solicitou que fossem apresentadas soluções. Com a palavra, a Sra. Lígia Pereira concordou com as falas do Edil, além de dizer que diversas proposições já foram alteradas, ao exemplo do CIF (Comitê Interfederativo), desta forma, alguma proposição vinda dos participantes pode ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

apresentada e aprovada em uma câmara técnica e levada ao CIF. A Sra. Maria Francisca disse que seu familiar, Sr. Sebastião, que participou deste programa, já teve o apoio dado pela Renova revogado, antes mesmo de finalizarem as intervenções em seus terrenos. Com a palavra, a Sra. Antonella Tonidandel informa que o Sr. Sebastião possui assistência técnica, mas não sabe informar sobre o cartão, disse que neste terreno a produção de milho foi ineficaz e após o pedido, foi realizada a mudança de cultura e estão à disposição para o acompanhamento, e todos os processos realizados pela Fundação, são feitos por meio de critérios pré-estabelecidos. Com a palavra, o Sr. Marino D'Ângelo argumenta que o PASEA não trouxe efetividade para ninguém que aderiu ao programa, além disso, não receberam nenhuma indenização financeira aos danos sofridos. Com a palavra, o Sr. Tiago Flores esclareceu que existe no âmbito do PASEA uma judicialização que impediu que fossem retomadas as construções das macro e micro estruturas, que incluem os portões, currais etc, que neste momento já está sendo finalizada pelo Ministério Público, que apresentaram a opção de mudar o formato de reconstrução para a indenização em dinheiro, para que os produtores possam dar continuidade nas reconstruções, além de informar que a Renova teve diversas experiências positivas com o PASEA. Com relação aos cortes citados, solicitou que os produtores apresentem os fatos formalmente a Fundação, Cáritas, Secretarias Municipais e a Câmara Legislativa, justificando a motivação errônea dos cortes de forma a se avançar no debate. Com a palavra, a Sra. Mirella Regina solicitou que em reuniões futuras, a Renova, sempre que apresentar os dados tipifique-os para as regiões tratadas nesta reunião, que são, Pedras, Campinas, Borba, Paracatu de Cima, Bicas, Ponte do Gama, Camargos e alguns residentes de Paracatu de Baixo de origem, dado ser este o grupo que está em foco nestas tratativas. Seguindo com as propostas, a Sra. Mirella Regina relata que são de curto, médio e longo prazo, sendo assim, para o de curto prazo ou imediata, a retomada do auxílio emergencial para as famílias da zona rural que não conseguiram retomar as sua produção anterior ao rompimento ou pelo empobrecimento forçado pela inviabilidade produtiva, bem como as famílias que tiveram esse direito negado, realização de estudo de diagnóstico independente que seja realizado por universidades dos níveis de atividade agropecuária de todas as propriedades afetadas pela lama na zona rural, que a comunidade participe ativamente desta construção e que seja financiado pela Fundação Renova. Para as solicitações de médio prazo, é o estabelecimento de monitoramento constante nas áreas atingidas pela lama, construção metodológica com as famílias atingidas. A longo prazo é a retirada da lama das propriedades atingidas e da calha do rio Gualaxo do Norte. Com a palavra, o Sr. Marino D'Ângelo solicitou que o foco imediato fosse na retirada da lama, além de implementar uma maneira de finalizar os processos de auxílio com um acordo assinado e registrado por parte da família, "dizendo que a retomada produtiva foi efetiva e que não precisam mais desse apoio". Complementando, a Sra. Mirella Regina disse que as propostas para a questão animal, a curto prazo, seriam, no diagnóstico a ser realizado, efetuar o mapeamento e a avaliação da capacidade de produção e alimentação das propriedades atingidas, restabelecimento do fornecimento de alimentação animal para as



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

famílias atingidas, que anteriormente desfrutavam do direito ou que solicitaram e tiveram seu direito negado, até que se tenha o diagnóstico acerca da autonomia produtiva dessas famílias. Com a palavra, o Sr. Tiago Flores informou que irá colher estas propostas e levar internamente e, se tiver veracidade e for cabível, será efetuado. Com a palavra, a Secretária Marcela Cota sugeriu que antes da ocorrência das reuniões das terças-feiras, fossem elencados representantes para acompanhar as propostas que foram citadas durante a reunião, desta forma, que seja agendada uma reunião extraordinária interna para apresentação dos estudos realizados. Sugeriu também que, uma vez que não é possível ser repassado os dados dos produtores, que sejam então pontuados em numeração as propriedades destes produtores, que fosse feito um sorteio para realizar uma visita aos locais, para confirmação dos dados apresentados, dado que, em visita realizada anteriormente pela Secretária foi averiguado que diversos pontos não atendiam aquilo que foi proposto, visualizar também, se os produtores estão seguindo a sua parte no acordo. Sendo essas visitas feitas sem aviso prévio aos proprietários e que fossem realizadas visitas em propriedades que não aderiram ao PASEA, de forma a ser feito um comparativo, por fim, após todos os pontos avaliados que sejam montadas propostas efetivas para as localidades. Ainda com a palavra, a Secretária Marcela Cota reforçou que o Município não irá assumir responsabilidade de terceiros, além disso que seus programas são voltados para toda a população “a política pública do Município é universal, e não somente a um grupo em específico”. Complementando, o Sr. Marino D’Ângelo pediu para que estas visitas sejam restritas às comunidades que estão sendo abordadas nestas reuniões. Tais solicitações foram acordadas pelos Edis e demais representantes. A Secretária Marcela Cota reforçou que o sorteio fosse realizado no momento da saída para a visita, para não haver nenhuma falsificação dos dados a serem averiguados. Com a palavra, a Sra. Antonella Tonidandel informou que irá citar a data para a apresentação dos estudos posteriormente, devido sua ausência por motivo de férias, sendo assim, irá acordar internamente uma substituta para esta apresentação. Desta forma, ficou marcado para o dia sete de junho às quinze horas, uma nova reunião para dar andamento às tratativas iniciadas referente às pendências relacionadas à reparação da Zona Rural. Ficou acordado a alteração de pauta para manutenção das vias na zona rural e o tema saúde para a próxima agenda, na semana seguinte, dia doze de junho. Ficou acordado de decidir a data da visita na reunião da sexta feira. A Sra. Mirella Regina pediu para que, além de respeitar os territórios solicitados, que os dados apresentados sejam setorizados pela comunidade. O Sr. Tiago Flores informou que ainda não possui uma data para a devolutiva sobre as solicitações feitas, desta forma, o Vereador Marcelo Macedo solicitou que a Sra. Luanna encaminhe estas solicitações para a Câmara, para que seguidamente possam ser direcionadas para a Fundação de maneira a formalizar as solicitações. **Palavra Livre: ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Marcelo Macedo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada.